

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





Sumário Executivo

Portaria nº 399, de 08 de março de 2023,
que institui a consulta pública para a
avaliação e reestruturação da política
nacional de Ensino Médio.

Objetivo

Diálogo com os gestores dos sistemas de ensino, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação bem como a sociedade civil.

Coleta de subsídios para orientar as decisões acerca da Política Nacional de Ensino Médio.



Instrumentos Utilizados

- audiências públicas;
- oficinas de trabalho/reuniões com entidades; seminários/webinários; e
- consultas online com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do ensino médio no país.

Consulta em números

- 12 webinários com a participação de 42 especialistas e acesso do conteúdo por 4.920 no portal do MEC;
- 04 audiências públicas com as entidades que compõem a coordenação da consulta pública – CNE, FNE, Foncede e Consed;
- A Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Educação (Anped) realizou 05 seminários com a participação de 16 pesquisadores - 5.870 acessos no canal do MEC;
- Encontro Nacional de Estudantes em Brasília, reunindo 180 estudantes do ensino médio de todos os estados do país;
- MEC recebeu 16 entidades e 07 documentos com análises e proposições.
- Consulta online pela Plataforma Participa+Brasil com 11.024 respondentes;
- Consulta online (via Whatsapp) com 139.159 participantes: 102.338 estudantes; 1.075 jovens que não identificaram-se como estudantes; 30.274 professores e 5.480 gestores.

Principais aspectos

12 núcleos de resultados

1. Carga horária



- Posição majoritária de críticas à redução da carga na Formação Geral Básica (FGB) para até 1.800 horas.
- FGB sólida, indicando a necessidade de uma carga horária mínima entre 2.100 e 2.400 horas.
- Progressiva expansão do ensino em tempo integral e da oferta da educação profissional.



2. Organização Curricular

- Necessidade de maior clareza e orientações acerca dos itinerários formativos.
- Atenção aos diferentes contextos e preocupação com a aumento da desigualdade.
- Alternativas para a recomposição dos componentes curriculares no ensino médio.

3. Exame Nacional do Ensino Médio



- Diversidade de alternativas e propostas.
- Maioria aponta para a necessidade de priorização da Formação Geral Básica no exame.

4. Equidade educacional, direitos humanos e participação democrática dos estudantes

- Preocupação com o impacto das mudanças e a necessidade de orientações específicas para juventudes do campo, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência e de baixa renda, de forma a assegurar equidade educacional e inclusão de saberes e práticas ligados a esses públicos.



5. Educação a Distância (EaD)

- Resistência da maioria pela oferta da modalidade a distância e apontamentos sobre possíveis exceções em face de necessidades específicas.



6. Infraestrutura

- Importância de corrigir desigualdades e de investimentos para garantir uma infraestrutura mínima para cada escola;
- Destaca-se a demanda pela construção de uma política de investimentos articulada, unindo o governo federal e os governos estaduais, para melhorar as estruturas escolares existentes e disponibilizar recursos pedagógicos e de tecnologia.

7. Educação Profissional e Tecnológica (EPT)



- Destacam-se o relevante apelo da modalidade entre os estudantes, a demanda por mais investimentos na articulação da EPT com o ensino médio e a necessidade de melhor definição da utilização do reconhecimento de notório saber como critério de alocação para docência.

8. Formação e valorização dos professores

- Destacam-se a demanda pela revogação das atuais diretrizes curriculares para licenciaturas e a criação de um programa de formação continuada para professores e gestores que atuam no ensino médio.

9. Política de permanência

- dificuldades que impedem os jovens mais pobres de continuar e concluir o ensino médio.
- Destaca-se o pleito pela criação de uma bolsa e/ou poupança para estudantes vulneráveis de ensino médio de todo o Brasil.



10. Tempo Integral

- Ênfase na necessidade de apoio federal para a expansão das matrículas e o desafio de elaborar orientações curriculares capazes de associar a expansão da jornada a uma concepção de educação integral de tempo integral.
- Necessidade de articulação de tempo integral à EPT e de não produzir exclusão escolar na oferta de EJA e ensino médio noturno.

11. Avaliação

- Demanda pela criação de um repositório de boas práticas estaduais e um comitê gestor nacional, assim como a necessidade de formação para os gestores estaduais.

12. Papel do MEC

- Reforço a importância do papel do órgão como interlocutor com outras entidades e atores envolvidos no NEM.
- Destaca-se a demanda pela liderança do Ministério na instituição do Sistema Nacional de Educação e por seu papel na coordenação e normatização da Política Nacional de Ensino Médio.



Proposta MEC

Portaria nº 399, de 08 de março de 2023,
que institui a consulta pública para a
avaliação e reestruturação da política
nacional de Ensino Médio.



Recompor a carga horária destinada à **Formação Geral Básica (FGB)** para 2.400 horas, podendo haver **exceção na oferta de cursos técnicos** (de 800 e 1000 horas), fixando, nesse caso, um mínimo de 2.200 horas de FGB.

Para cursos técnicos de 1.200 horas, o MEC priorizará, em colaboração com os estados, ampliação de jornada por meio do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.460, de 31 de julho.



Definir os **componentes curriculares cujos saberes precisam ser contemplados** na oferta das áreas do conhecimento. Sugere-se que espanhol (alternativamente), arte, educação física, literatura, história, sociologia, filosofia, geografia, química, física, biologia e educação digital passem a figurar na composição da FGB.



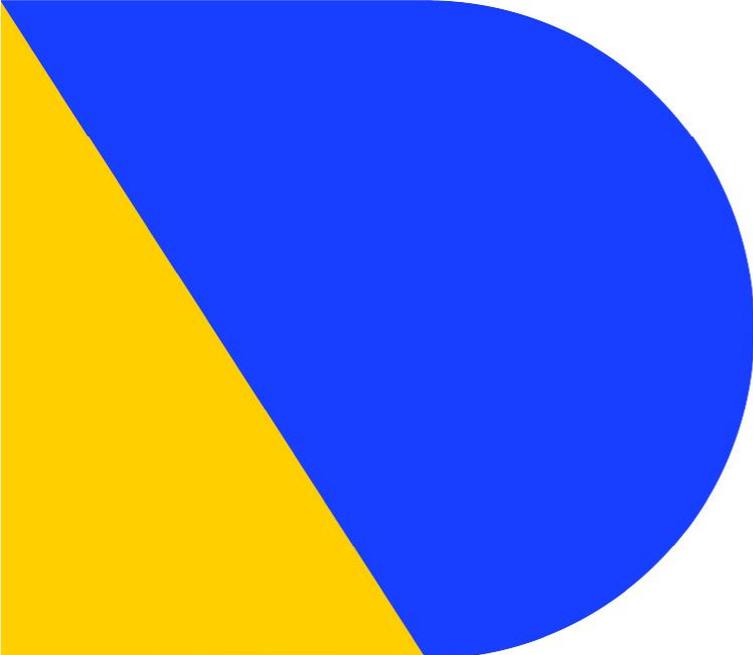
Reduzir o número de itinerários formativos, que passam a se chamar **percursos de aprofundamento e integração de estudos**, de cinco para três, conforme segue:

- Linguagens, matemática e ciências da natureza.
- Linguagens, matemática e ciências humanas e sociais.
- Formação técnica e profissional.

Referenciais nacionais sejam definidos, em instrumento **infralegal**, pelo Ministério, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Vedação ao uso de Educação a Distância na Formação Geral Básica e que se autorize o uso de até **20%** na oferta para a Educação Profissional Técnica, sem prejuízo de previsão excepcional para **situações específicas**.





Elaborar, em conjunto com os sistemas de ensino, **documento orientador do reconhecimento de notório saber** para atuação no ensino médio, com ênfase na formação técnica profissional.



Manter o **Enem 2024** circunscrito à FGB e que seu formato para os anos seguintes seja **objeto de debate com a sociedade**, no contexto da elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

O MEC anunciará estratégias, em conjunto com os sistemas de ensino e a sociedade civil, para a **recomposição das aprendizagens** dos estudantes afetados pela pandemia e pelos problemas de implementação do NEM.

Proposta que promova a **permanência dos estudantes**, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade; com **fomento da oferta de educação profissional técnica e perspectiva de ampliação das matrículas em tempo integral**



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO